

## TRADUÇÃO E BREVE APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA PARTE DO OPÚSCULO DE SANTO AGOSTINHO: *A PERFEIÇÃO DA JUSTIÇA HUMANA*

Tiago Tondinelli<sup>1</sup> - Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco (PR).

*Resumo:* Esse trabalho é uma tradução e breve apresentação da primeira parte do opúsculo de Santo Agostinho intitulado *Perfectione Iustitiae Hominis*.

*Palavras-chave:* Agostinho-*Perfectione Iustitiae Hominis*-Tradução.

*Abstract:* This work is a translation and a short presentation of the first part of the Saint Augustine's work titled *Perfectione Iustitiae Hominis*

*Keywords:* Augustine-*Perfectione Iustitiae Hominis*-Translation.

O opúsculo abaixo traduzido de Santo Agostinho: *Perfectione Iustitiae hominis*, certamente, ocupa um ponto de influência precípuo entre a Patrística de seu tempo e a Escolástica futura. Fora um texto enviado aos Bispos Paulo e Entrópico em vista de perpetuar o que, por todo o pensamento cristão, vem a ser o problema fulcral: o que é o pecado e como ele deve ser enfrentado. O Bispo de Hipona trata de questões fundamentais sobre a saúde espiritual humana e a importância da razão no combate ao mal oriundo de heresias, em especial, o pensamento de Celéstio.

O Diácono Paulino de Milão e, posteriormente, o Sínodo de Cartago em 411 condenaram a heresia de Celéstio, sendo que o ponto de debate de Agostinho, neste escrito, refere-se à sua tese herética de que simplesmente “querendo” e sozinho o homem seria capaz de viver sem pecado, excluindo, pois, a necessária intervenção da Graça.

Originalmente, o texto é extenso e, por isso, nesta edição, tratarei apenas da primeira parte que corre até o raciocínio décimo, deixando, para uma futura oportunidade, a tradução do restante da obra.

O opúsculo envolve o pecado, entendido como a negação do bem e o encaminhar para o mal. Agostinho mostra, nesta carta aos bispos, que a dimensão humana, próxima em demasia dos desejos torpes, necessita da presença iminente da Graça divina para a superação da contrariedade maléfica oriunda dos desejos ímpios.

Tirante a presença das ações morais, que tentam melhorar o homem em sociedade, Agostinho, dando margem ao que futuramente, na Escolástica, seria concretizado por São Boaventura, estabelece justamente que a carne humana, criação divina, não sendo má por si, é, infelizmente, corrompida pela

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia Medieval e Professor de Direito na Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco, PR.

"*enfermidade do mal que, neste mundo, nunca termina*". A falta de saneamento pela Graça Divina levará o homem a uma situação em que não vale o livre arbítrio: o pecado não é natural, pois, se o fosse, não haveria como superá-lo. Ao contrário, o pecado é um artifício humano, uma escolha ímpia que, para o Hiponense, pode ser superado: *o que é acidental pode sofrer retratação em tempo oportuno*.

Só lembrar que o mal não detém uma substância real, mas sua positividade é de caráter formal, não-substancial. O mal é o afastamento do bem e o próprio vício só detém um conceito enquanto afirmado mentalmente como "qualidade" negativa concretizada em atos que se afastam das leis divinas. Ora, apesar de não se referir propriamente a uma substância, o mal se consolida em um nível de convalidação inverso, pois, malgrado o elemento humano de fazer o bem, como coroamento dos ensinamentos divinos, se "*presentificar*" na vida dos Santos, até nestes, durante suas vidas terrenas, se dera a influência constante do mal tentando levá-los para a Geena.

Não cabe, simplesmente, à Graça Divina, sem a vontade do homem, salvá-lo do mal. A gratuidade da Graça não pode ser considerada um jogo ocasional, mas, em grande parte das situações, cabe, ao menos ao homem em atitude má, notar seu erro e buscar o remédio correto, o caminho que lhe salvará.

Agostinho usa a metáfora do homem coxo que, mesmo sendo incapaz de curar sua doença, encaminha-se para o local onde se encontra o médico que poderá solver seu problema físico. Os acometidos pelo pecado devem, portanto, no máximo de seus esforços, buscarem a visão divina que lhes dará o amor pleno.

A união, portanto, entre o bem divino, personificado na Graça, e a vontade humana, construída pela arquitetura das boas escolhas, cria uma situação em que há a complementação da necessidade de bem-viver e de não-pecar cuja plenitude chama-se "vida beata" ou "condição beata".

Percebamos que, apesar de, posteriormente, muitos escolásticos terem sustentado um cristianismo figurado pela ótica aristotélica, a noção de "bem viver", inaugurada com grande vigor pela Patrística e por Santo Agostinho, permeou o pensamento daqueles.

Santo Tomás, Duns Scotus e São Boaventura nunca pensaram simplesmente pelo espectro formal a noção de bem, mas foram adeptos desta concepção de vida boa e de "*amor Dei*": a filosofia como *ancila* da teologia significava os princípios desta como norteadores mores daquela.

A PERFEIÇÃO DA JUSTIÇA HUMANA. AOS FRATERNOS COBISPOS EUTRÓPIO E PAULO	PERFECTIONE IUSTITIAE HOMINIS. SANCTIS FRATRIBUS ET COEPISCOPUS EUTROPIO ET PAULO
<p style="text-align: center;"><b>Propósito de Santo Agostinho</b></p> <p>A Caridade, que está em vós é tão santa, acaba, pois dando-nos prazer de seguir seus comandos, parto, pois, a responder às definições que foram ditas por Celéstio. Estou a escrever uma resposta a partir da mesma carta que me fora dada: sobre as Definições ditas por Celéstio. Creio que o escrito não é justamente oriundo deste homem, mas o é [também] de outros que o trouxeram da Sicília, onde, certamente, Celéstio não estava presente, mas presentes estavam muitos murmurantes, como nos disse o Apóstolo, ou ainda, os próprios errantes e outros transmissores do erro. Contudo, que estas doutrinas tenham vindo daquele (a saber, de Celéstio) ou também de alguns dos seus seguidores, nós, pelo menos, podemos suportar. De fato, nem estas breves definições ou, além disso, tais raciocínios, diferem em estilo, sendo que é possível, em outras obras, encontrar referência suficiente para atribuir-lhe a autoria, o que, aliás, não frustra o fato de ter sido ouvido por estes irmãos, perambulando na Sicília, que tais ensinamentos teriam sido feitos ou escritos por este próprio sujeito.</p> <p>Então, desejaria, se possível fosse, de obter vossas fraternas benevolências para que eu possa responder mui brevemente tais afirmativas. Mas se não relatasse estas afirmativas sobre as quais me comprometo responder, quem e de que modo procederia a respondê-las? Contudo, atento-me</p>	<p style="text-align: center;"><b>Propositum Augustini.</b></p> <p>Caritas vestra, quae in vobistanta est et tam sancta, ut etiam iubenti servire delectet, petivit, ut definitionibus quae dicuntur Caelestii esse respondeam. Sic enim praenotata est eadem chartula quam dedistis: Definitiones, ut dicitur, Caelestii. Quae praenotatio credo quod non illius, sed eorum sit, qui hoc attulerunt de Sicilia, ubi Caelestius non esse perhibetur, sed multi talia garrientes et, sicut ait Apostolus, ipsi errantes et alios in errorem mittentes 1. Ex illius tamen haec esse doctrina vel etiam quorundam sociorum a eius et nos possumus arbitrari. Nam neque istae breves definitiones vel potius ratiocinationes ab illius abhorrent ingenio, quod in opere alio eius inspexi, cuius eum esse constat auctorem, et non frustra istos fratres qui haec attulerunt in Sicilia existimo audisse, quod ipse docuerit ista vel scripserit. Vellem autem, si possem, ita ottemperare vestrae fraternae benevolentiae, ut etiam ego tam breviter responderem. Sed nisi et illa commemorem quibus respondeo, quis poterit quemadmodum responderim iudicare? Conabor tamen, quantum valuero, adiuvantibus me apud Domini misericordiam etiam orationibus vestris, ut non ultra quam necesse est meus sermo procurrat.</p>

<p>sobre o quanto devo valorizar, pondo-me, aliás, diante da misericórdia do Senhor e dirigindo-vos orações, peço que minhas palavras não procurem nada que vá além do que é necessário para o esclarecimento de tais questões.</p>	
<p><b>Raciocínio Primeiro ou Primeira Contestação de Celéstio<sup>2</sup></b></p> <p><i>O Pecado pode ser evitado ou não?</i></p> <p>Antes de tudo, afirmamos o seguinte: deve-se interrogar a quem nega que o homem pode existir sem pecado, o que entende como sendo o pecado atribuído a todos, ou seja, o pecado em sentido geral (genérico) e, sobre isto, deve completar perguntando-lhe se este pecado pode ser evitado ou não.</p> <p>Vejam as respostas possíveis: se tal pecado genérico for algo que não possa ser evitado, então, não é pecado (pois pecado pressupõe a desobediência e esta a má escolha); se, ao contrário, for algo que possa ser evitado, então, pode haver um homem sem pecado (a saber, aquele que o evite). Com efeito, não há qualquer razão ou justiça que minimamente esteja a chamar de pecado o que não pode ser de nenhuma maneira, evitado.</p> <p>Respondemos então que o pecado pode ser evitado se a natureza viciada for saneada pela Graça de Deus, ou seja, por Jesus Cristo nosso Senhor. Sendo assim, não será curado (o homem do pecado) enquanto seu agir for próprio da cegueira que não vê ou</p>	<p><b>Ratiocinatio prima</b></p> <p>Ante omnia, inquit, interrogandus est qui negat hominem sine peccato esse posse, quid sit quodcumque peccatum: quod vitari potest an quod vitari non potest. Si quod vitari non potest, peccatum non est; si quod vitari potest, potest homo sine peccato esse, quod vitari potest. Nulla enim ratio vel iustitia patitur saltem dici peccatum, quod vitari nullo modo potest. Respondemus vitari posse peccatum, si natura vitiata sanetur gratia Dei per Iesum Christum Dominum nostrum In tantum enim sana non est, in quantum id quod faciendum est aut caecitate non videt aut infirmitate non implet, dum caro concupiscit adversus spiritum et spiritus adversus carnem 3, ut ea quae vult homo non faciat.</p>

<sup>2</sup> Apesar da edição latina não apresentar diretamente a frase “Primeira contestação a Celéstio”, preferi, na esteira da tradução italiana, seguir este adendo explicativo.

<p>enquanto for acometido pela enfermidade que não termina, então, a carne tem desejos contrários aos do espírito e o espírito detém seus desejos contrários ao da carne, já que as coisas que o homem deseja, ele não as faz.</p>	
<p><b>Raciocínio Segundo ou Segunda Contestação a Celéstio</b></p> <p><i>Pecar é necessário ou livre?</i></p> <p>Em seguida, é indagado o seguinte: o pecado é feito por vontade ou por necessidade?</p> <p>Ora, se ele o for por necessidade, é claro que não é pecado (pelos motivos acima tratados); se o for por vontade, pode-se, então, evitar o pecado.</p> <p>Respondemos, então, o que acima já fora mostrado, a saber, que saneamos o pecado ao invocarmos este que é dito nos Salmos: <i>Liberta-me das minhas necessidades!</i></p>	<p><b>Ratiocinatio secunda.</b></p> <p>Iterum quaerendum est, inquit, peccatum voluntatis an necessitatis est. Si necessitatis est, peccatum non est; si voluntatis est, vitari potest. Respondemus quod supra et, ut sanemur invocamus eum, cui dicitur in psalmo: De necessitatibus meis educ me.</p>
<p><b>Raciocínio Terceiro ou Terceira Contestação a Celéstio</b></p> <p><i>Pecar é situação natural ou acidental?</i></p> <p>Novamente, pergunta-se acerca do que é o pecado e, neste ponto, se ele é natural ou acidental.</p> <p>Ora, se for natural, não é pecado<sup>3</sup>; se, porém, for o pecado acidental, pode este sofrer retratação por parte do pecador. O que pode ser retratado também pode ser evitado. Sendo evitável, refere-se, pois a algo que não é necessário para o homem, podendo este viver sem ele.</p>	<p><b>Ratiocinatio tertia</b></p> <p>Iterum, inquit, quaerendum est, quid est peccatum, naturale an accidens. Si naturale, peccatum non est; si autem accidens est, et recedere potest; et quod recedere potest, vitari potest; et quod vitari potest potest homo sine eo esse quod vitari potest. Respondetur naturale non esse peccatum, sed naturae, praesertim vitatae - unde facti sumus natura filii</p>

<sup>3</sup> Isto porque pecado é desvio da lei; lei é ordem; a vida é ordem, então, se vivos, somos essencialmente ordem e lei.

<p>Responde-se, então, que o pecado não é natural, mas especialmente da natureza viciada – pela qual, aliás, detemos a natureza de filhos da ira – neste sentido, pouco vale a vontade do arbítrio humano para que não pequemos, senão houver a ajuda saneadora da graça divina dada por Jesus Cristo nosso Senhor.</p>	<p>irae -, parum esse ad non peccandum voluntatis arbitrium, nisi adiuta sanetur gratia Dei per Iesum Christum Dominum nostrum .</p>
<p style="text-align: center;"><b>Raciocínio Quarto ou Quarta Contestação a Celéstio</b></p> <p style="text-align: center;"><i>O Pecado é um ato ou uma substância?</i></p> <p>Agora, pergunta-se se o pecado é um ato ou uma “coisa” (elemento com substância ou existencialmente válido).</p> <p>Se for algo com substância, é necessário que detenha um autor, e, se afirmamos que tem um autor, então, parece-nos que somos induzidos a crer em um autor da coisa além de Deus (<i>pois, é certo que Ele não pode ser o criador do pecado, senão seria ímpio</i>).</p> <p>Por outro lado, se o pecado for chamado de ímpio, é necessário que todo pecado seja, pois, conferido ao ato e não à coisa. Com efeito, sendo, pois, ato, isto é, quando o pecado for considerado um ato verdadeiro, ele poderá, pois, ser evitado.</p> <p>Respondemos que o pecado pode, certamente, ser chamado de ato, mas ele não corresponde a uma coisa (e não tem, por isso, substância).</p> <p>Assim, na limpeza corporal, por exemplo, é certo que esta corresponde a um ato de limpeza e não a uma coisa. Neste caso, como coisa, propriamente, nos referimos ao pé, ao corpo e ao homem que são limpos. Ademais, o pé sujo (viciado)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Ratiocinatio quarta</b></p> <p>Iterum, ait, quaerendum est, quid est peccatum: actus an res. Si res est, ut auctorem habeat necesse est; et si auctorem habere dicitur, iam alter praeter Deum rei alicuius auctor induci videbitur; at si hoc dici impium est, et c confiteri necesse est peccatum omne actum esse, non rem. Si igitur actus est, immo quia vere actus est, vitari potest. Respondemus peccatum quidem actum dici et esse, non rem. Sed etiam in corpore claudicatio eadem ratione actus est, non res, quoniam res pes ipse vel corpus vel homo est, qui pede vitato claudicat nec tamen vitare potest claudicationem, nisi habuerit d sanatum pedem. Quod etiam in interiore homine fieri potest, sed gratia Dei per Iesum Christum Dominum nostrum 7. Ipsum sane vitium, quo claudicat homo, nec pes est nec corpus nec homo nec ipsa claudicatio, quae utique non est, quando non ambulat, cum tamen insit vitium, quo fit claudicatio, quando ambulat. Quaerat ergo, quod eidem vitio nomen imponat, utrum rem velit dicere an actum an rei potius</p>

<p>só pode ser limpo para que se torne um pé curado.</p> <p>Tal situação pode, pois, também ocorrer no interior do homem, mas este será limpo pela Graça Divina de Nosso Senhor Jesus.</p> <p>Certamente, o próprio vício que é purificado pelo homem não corresponde nem aos pés, ao corpo, ao homem nem à própria limpeza que certamente inexistente quando o homem não caminha, já que, todavia, lhe incide um vício do qual trata a purificação quando anda.</p> <p>Logo, procura-se, pois, que nome deva ser dado para o próprio vício, ou seja, se deve ser chamado de ato, de coisa ou, mais ainda, de algo que detenha uma qualidade que, ao existir, deforma o ato.</p> <p>No interior do homem, a alma é coisa; o roubo é ato e a avareza é vício, isto é, uma qualidade pela qual o mal está na alma, mesmo quando nada se faça.</p> <p>Por isso, serve-se de sua avareza mesmo quando somente está a ouvir: senão deseja, mas vitupera a si mesmo, contudo, ainda permanece avaro, mas a fé renovada estará, pois, a curá-lo dia pós dia fazendo, isto posto, pela graça de Deus por Jesus Cristo Nosso Senhor.</p>	<p>qualitatem malam, qua deformis actus existit. Sic et in homine interiore animus res est, rapina actus est, avaritia vitium est, id est, qualitas, secundum quam malus est animus, etiam quando nihil agit, unde avaritiae suae serviat, etiam quando audit: Non concupisces 8 seque vituperat et tamen avarus manet; sed per fidem renovatur, id est, sanatur, de die in diem 9 nec tamen nisi gratia Dei per Iesum Christum Dominum nostrum.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Raciocínio Quinto: Quinta Contestação a Celéstio</b></p> <p style="text-align: center;"><i>Tem o homem o dever de não pecar?</i></p> <p>Ademais, neste quinto ponto, pergunta-se se o homem não deve existir sem pecado. Qualquer dúvida quanto a isto deve ser afastada e, neste sentido, se [é certo que] “o homem deve se afastado pecado,</p>	<p style="text-align: center;"><b>Ratiocinatio quinta</b></p> <p>Iterum, inquit, quaerendum est, utrumne debeat homo sine peccato esse. Procul dubio debet. Si debet, potest; si non potest, ergo nec debet. Et si non debet homo esse sine peccato, debet ergo esse cum peccato;</p>

<p>então, tal afastamento é possível”.</p> <p>Tal afirmativa se comprova pela validade da sua inversa, a saber: se alguém não puder [se tornar pecador], é certo que, também, não deve [assim ser]. Então, convalidando esta afirmativa, se o homem não estiver a existir sem pecado, logo, estará, pois, a existir com o pecado e, então, não haverá pecado, pois este será constituído e possuído [pelo homem como uma de suas partes].</p> <p>Ademais, isto também é considerado absurdo, já que é necessária a revelação de que o homem deva existir sem pecado, pois [sempre] lhe incide um pecado não diverso daquele que lhe é justamente devido.</p> <p>Responde-se com a mesma semelhança com a qual respondemos a questão acima tratada:</p> <p>Ora, quando vemos um coxo que pode ser curado, afirmamos, de maneira absoluta, que o homem deve existir sem pureza e, então, devendo assim existir, é certo que também o poderá.</p> <p>O homem coxo não pode ser curado simplesmente quando queira, a saber, imediatamente, mas o poderá quando tiver sido consultado pela cura reta e, por consequência, tiver reforçado sua vontade.</p> <p>E isto se faz igualmente no interior do homem que é contido pelo pecado assim como na sua purificação feita pela Graça. Ora, a Graça Divina está não a chamar os justos, mas, sim, os pecadores, como o médico não age sobre os sãos, mas age, justamente, sobre os portadores do mal.</p>	<p>et iam peccatum non erit, si illud haberi e constiterit. Aut si hoc etiam dici absurdum est, confiteri necesse est debere hominem sine peccato esse et constat eum non aliud debere quam potest. Respondetur eadem similitudine, qua superius iam respondimus. Cum enim videmus claudum, qui sanari potest, recte utique dicimus: Debet esse homo iste sine claudicatione; et si debet, potest. Nec tamen cum vult, continuo potest, sed cum fuerit adhibita curatione sanatus et medicina adiuverit voluntatem. Hoc fit in interiore homine, quod ad peccatum attinet tamquam eius claudicationem, per eius gratiam qui venit non vocare iustos sed peccatores, quia non est opus sanis medicus, sed male habentibus.</p>
<p><b>Raciocínio Sexto: Sexta Contestação a Celéstio</b></p>	<p><b>Ratiocinatio sexta</b></p>

<p><i>O Princípio do não-pecar é possível para o homem?</i></p> <p>Neste ponto, investiga-se se há um preceito segundo o qual possa o homem existir sem pecado. Então, ou tal preceito não pode ser certo e, por isso, não existe ou, por outro lado, tal preceito pode e, então, existe. Por que, pois, Deus determinaria algo que fosse inteiramente impossível ao homem? Responder-se-ia que, prudentemente, isto é detemrinado ao homem que caminha com passos retos, isto porque, se, eventualmente assim não puder caminhar, é certo que lhe será requerida a consulta por medicamentos que, acerca da interioridade humana, para o saneamento dos pecados, referir-se-á, pois, à graça purificadora divina presente em Jesus Cristo Nosso Senhor.</p>	<p>Iterum, ait, quaerendum est, utrumne praeceptum sit homini sine peccato esse. Aut enim non potest et praeceptum non est aut, quia praeceptum est, potest. Nam cur praeciperetur, quod fieri omnino non posset? Respondetur consultissime homini praecipi, ut rectis passibus ambulet, ut cum se non posse perspexerit medicinam requirat, quae interioris hominis ad sanandam peccati claudicationem gratia Dei est per Iesum Christum Dominum nostrum.</p>
<p><b>Raciocínio Sétimo: Sétima Contestação a Celéstio</b></p> <p><i>Deus quer que o homem exista sem pecado?</i></p> <p>No sétimo ponto, indaga-se se Deus deseja que o homem exista sem pecado. Devemos afastar, pois, qualquer dúvida quanto ao fato Dele isto desejar e, também, de que assim podem os homens proceder. É possível que alguém seja tão demente ao passo de estar a duvidar de que possa cumprir o que é desejado por Deus? Respondemos o seguinte: se Deus não desejasse que o homem existisse sem pecado, não teria enviado seu Filho sem pecado para que, de fato, estivesse a sanar os pecados dos homens.</p>	<p><b>Ratiocinatio septima</b></p> <p>Iterum, ait, quaerendum est, an velit hominem Deus sine peccato esse. Procul dubio vult et procul dubio potest. Quis enim tam demens f, ut vel dubitet fieri posse, quod Deum velle non dubitet g? Respondetur: si nollet Deus hominem sine peccato esse, non mitteret Filium suum sine peccato, qui sanaret homines a peccatis. Hoc fit in credentibus et proficientibus renovatione interioris hominis de die in diem 13, donec fiat perfecta iustitia tamquam sanitas plena.</p>

<p>Isto, então, se fez entre os crentes que, dia pós dia, aperfeiçoam-se em vista da renovação do interior humano, até que se faça, pois, a perfeita justiça bem como a saúde plena.</p>	
<p style="text-align: center;"><b>Raciocínio Oitavo: Oitava Contestação a Celéstio</b></p> <p style="text-align: center;"><i>O homem pode ser aquilo que Deus não quer que ele seja?</i></p> <p>Neste oitavo item, pergunta-se como Deus quer que o homem seja, a saber, com pecado ou sem pecado? Devemos afastar, pois a dúvida de que ele queira que o homem exista com o pecado. Quão grande é esta ímpia blasfêmia que se dá ao pensarmos que é atribuída ao homem a capacidade de pecar, e que, ao mesmo tempo, Deus assim não deseje (<i>havendo, pois, uma discrepância entre como realmente é o homem e o que Deus dele deseja</i>); ou quando se nega a capacidade humana de existir sem pecado, ou seja, obriga-se ao homem o estado de pecado, e se afirma, pois, que Deus isto deseja (<i>neste caso, Deus desejaria a obrigatoriedade do estado de pecar ao homem retirando-lhe o livre-arbítrio</i>).</p> <p>Ora, neste segundo caso, o homem teria praticamente sido criado por Deus para pecar e, por isso, não seria capaz de ser o que Deus não desejaria para ele e, por conseqüência, não seria capaz de ser o que Deus deseja para si. Sua existência, portanto, seria muito mais contra a vontade divina do que a favor da mesma.</p> <p>Então, foi respondido acima, mas vejo que deve ser reforçado, que nós somos realmente salvos pela</p>	<p style="text-align: center;"><b>Ratiocinatio octava.</b></p> <p>Item h, ait, quaerendum est, quomodo vult Deus hominem esse, cum peccato an sine peccato. Procul dubio non vult esse cum peccato. Quanta haec impietatis blasphemia sit, cogitandum est, ut dicatur hominem posse esse cum peccato, quod Deus non vult, et negetur posse esse sine peccato, quod Deus vult; quasi quem ad hoc Deus creaverit, ut posset esse quod nolit et non posset esse quod velit et ut contra suam magis quam ut secundum suam existeret voluntatem. Iam superius responsum est, sed addendum video, quod spe salvi facti sumus; spes autem, quae videtur, non est spes; quod enim videt quis, quid et sperat? Si autem quod non videmus speramus, per patientiam expectamus 14. Tunc ergo m plena iustitia, quando plena sanitas; tunc plena sanitas, quando plena caritas - plenitudo enim legis caritas 15 - tunc autem plena caritas, quando videbimus eum sicuti est 16. Neque enim non n erit quod addatur ad dilectionem, cum fides pervenerit ad visionem.</p>

<p>esperança. A esperança, porém, não se confunde com o que é visto: - pode aquilo que se vê ser esperado? Porém, se o que não vemos, esperamos, é certo que aguardamos com paciência. A justiça total se dá quando há plena saúde e, por sua vez, esta última ocorre na caridade. Enfim, a plenitude da lei é a caridade. Neste sentido, então, há caridade plena quando diretamente vemos Deus da forma que Ele é. Por fim, não haverá mais o que adicionar pelo amor, quando a fé tiver sido alcançada pela visão.</p>	
<p style="text-align: center;"><b>Raciocínio nono ou Nona contestação a Celéstio</b></p> <p style="text-align: center;"><i>A liberdade humana é mais inclinada a pecar do que a não-pecar.</i></p> <p>Ademais, pergunta-se por que o homem é gerado com o pecado: por necessidade natural ou pela liberdade do arbítrio? Se o for por necessidade natural, [a saber, o homem detém o pecado porque assim é sua natureza], então, ele carece de culpa. Por outro lado, se o for pela liberdade do arbítrio, deve-se indagar de quem o homem teria, pois, recebido sua própria liberdade do arbítrio. Sem dúvida, é certo que recebera tal liberdade de Deus! Ora, que o dado por Deus é bom, não se pode negar e, por conseqüência, de que modo poder-se-á provar a razão do bem [em Deus] se o homem estiver inclinado mais para o mal do que para o bem? Se for mais inclinado para o mal do que para o bem, o homem, então, poderia, pois, existir com pecado e</p>	<p style="text-align: center;"><b>Ratiocinatio nona</b></p> <p>Iterum quaerendum est, inquit, per quid efficitur homo cum peccato, per naturae necessitate m an per arbitrii libertatem. Si per naturae necessitatem, culpa caret; si per arbitrii libertatem, quaerendum est, a quo ipsam arbitrii libertatem acceperit. Procul dubio a Deo. Deus autem quod dedit, certe bonum est; negari enim non potest. Qua igitur ratione bonum probatur, si magis ad malum quam ad bonum pronum est? Magis enim ad malum quam ad bonum pronum est, si homo per illud potest esse cum peccato et non potest esse sine peccato. Respondetur per arbitrii libertatem factum, ut esset homo cum peccato; sed iam poenalis vitiositas subsecuta ex libertate fecit necessitatem. Unde ad Deum fides clamat: De necessitatibus meis educ me 17. Sub quibus positi vel non</p>

não sem.

Responde-se que pela presente liberdade do arbítrio, o homem existe com o pecado, mas é certo que a viciosidade da pena por ele suportada acabou transformando a liberdade em necessidade.

Por isso, a fé clama a Deus: *“salva-me de minhas necessidades”*.

Enquanto estivermos postos sob estas necessidades, há duas possibilidades: ou não podemos entender o que queremos ou queremos o que entendemos, mas não somos capazes de satisfazer tal pretensão.

De fato, a mesma liberdade é prometida pelo Libertador aos crentes, então, se vós pedires ao Filho para ser libertado, então, verdadeiramente o serás.

Isto porque como a vontade do homem foi vencida pelo vício em que caiu, então, ela passou a carecer da liberdade. Sobre isto, a Escritura diz que um homem que se encontre submetido a algo é, pois, deste, um escravo devoto.

Como não há ação do médico sobre os homens saudáveis, mas, apenas, sobre os detentores de males, então, também não há ação do Libertador sobre os já livres, mas, certamente, o há sobre os escravos.

É assim, aliás, que agradecemos a liberdade dada pelo Libertador dizendo: *“fizeste com que minha alma fosse salva das necessidades”*.

A própria saúde é a verdadeira liberdade que não perece enquanto a vontade permanecer boa.

Sendo assim, se pecou voluntariamente, uma dura necessidade será suportada pelo

possumus quod volumus intellegere vel quod intellexerimus volumus nec valemus implere. Nam et ipsa libertas credentibus a liberatore promittitur. Si vos, inquit, Filius liberaverit, tunc vere liberi eritis 18. Victa enim vitio in quod cecidit voluntate caruit libertate natura. Hinc alia Scriptura dicit: A quo enim quis devictus est, huic et servus addictus est 19. Sicut ergo non est opus sanis medicus, sed male habentibus 20, ita non est opus liberis liberator sed servis, ut ei dicat gratulatio libertatis: Salvam fecisti de necessitatibus animam meam 21. Ipsa enim sanitas est vera libertas, quae non perisset, si bona permansisset voluntas. Quia vero peccavit voluntas, secuta est peccantem peccatum habendi dura necessitas, donec tota sanetur infirmitas et accipiatur tanta libertas, in qua sicut necesse est permaneat beate vivendi voluntas, ita ut sit etiam bene vivendi et numquam peccandi voluntaria felixque necessitas.

<p>sujeito que possua tal pecado, isto ocorrendo, aliás, enquanto toda enfermidade estiver sendo curada e enquanto tão grande liberdade for recebida. Esta última é necessária para que a vontade dos vivos beatamente ali permaneça. Nesta condição [beata], se dá a abençoada necessidade de bem viver e nunca a vontade de pecar.</p>	
<p style="text-align: center;"><b>Raciocínio Décimo ou Décima Contestação a Celéstio</b></p> <p style="text-align: center;"><i>O homem é mau?</i></p> <p>Seguindo este mesmo raciocínio, pergunta-se, Deus fez o homem Bom e, além de fazê-lo bom, mandou, pois, que fizesse um bem que lhe fosse superior.</p> <p>Quão ímpio seria se afirmássemos ser o homem mau, situação, aliás, que não é nem fato (não é fato que o homem seja mau) nem há um comando a ser seguido (que alguém determine que o homem seja mau).</p> <p>Ora, se negássemos a possibilidade do homem ser bom, atribuindo-lhe este fato ou mandando-lhe a assim ser, responderíamos o seguinte:</p> <p>Logo, como o homem se torna bom não por si mesmo, mas por Deus, então, é Este que repara aquele enquanto, na verdade, o sujeito a ser reparado estiver querendo, crendo, invocando que Deus o liberte do mal que fizera a si mesmo.</p> <p>Porém, isto lhe ocorre enquanto a graça divina em Jesus Cristo estiver a renovar o homem interior diariamente, não ressurgindo a pena eterna, mas apenas a vida que se dará no homem exterior no novíssimo dia.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Ratiocinatio decima</b></p> <p>Proinde, inquit, Deus bonum hominem fecit et praeterquam illum bonum fecit, bonum ei insuper ut faceret imperavit. Quam impium, ut confiteamur hominem malum esse, quod nec factus est nec ei praeceptum est, si negemus eum bonum posse esse, quod factus est et quod ei ut faceret imperatum est. Respondemus: Quia ergo non se ipse homo sed Deus bonum hominem fecit; Deus eum, non se ipse ut sit bonus reficit, dum volentem, credentem, invocantem liberat a malo, quod sibi ipse fecit. Hoc autem fit, dum gratia Dei per Iesum Christum Dominum nostrum 22, renovatur homo interior de die in diem 23, ut ad sempiternam non poenam sed vitam resurgat homo exterior novissimo die.</p>



## BIBLIOGRAFIA

AGOSTINHO DE HIPONA. *Confissões*. São Paulo: Abril, 1990.

TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. Sulinas, 1980.

SANTOS, M. F. *Filosofia Concreta*. São Paulo: É-realizações, 2009.